

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2024



www.cm-ansiao.pt

Índice

Prestação de Contas Consolidadas	1
Exercício de 2024.....	1
1. Introdução.....	1
2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	1
2.1. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	2
2.2. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método do custo	3
2.3. Caixa e Depósitos	3
3. Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1. Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento	3
3.2. Participações financeiras e outros ativos financeiros	3
3.3. Depreciações e amortizações.....	4
3.4. Contas a receber.....	4
3.5. Contas a pagar.....	4
3.6. Inventários	4
3.7. Património.....	4
3.8. Especialização de exercícios.....	4
3.9. Caixa e equivalentes de caixa	4
4. Nota 3 – Ativos Intangíveis.....	5
5. Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.....	5
6. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis	6
7. Nota 6 – Locações	6
8. Nota 7 – Custos dos Empréstimos Obtidos	7
9. Nota 8 – Propriedades de Investimento.....	7
10. Nota 9 – Imparidades	7
11. Nota 10 – Inventários	8
12. Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	9
13. Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação	9
14. Nota 15 – Provisões	10
15. Nota 18 – Instrumentos Financeiros	10
16. Nota 19 – Benefícios dos Empregados	11
17. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024.....	12
18. Demonstração de resultados por natureza, consolidado	14
19. Demonstração das alterações no património líquido.....	15
20. Demonstração de fluxos de Caixa Consolidados.....	16
21. Resultado líquido do exercício	18
22. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Auditor Externo	19

Prestação de Contas Consolidadas

Exercício de 2024

1. Introdução

Elaborada a Prestação de Contas individuais do Exercício de 2024, importa, em cumprimento do artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI, publicado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual) apresentar as contas consolidadas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta pelo Município de Ansião, considerando-se que “...o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”.

Não estão reunidas, por ora, as condições para realização da consolidação orçamental nos termos previstos na NCP 26, porquanto:

- a) A contabilidade orçamental é aplicável a todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local que não tenham natureza, forma e designação de empresa;
- b) O Município haverá de consolidar contas com três empresas participadas, que, como tal, não apresentam contas com integração de mapas orçamentais;
- c) Inexistem especificações técnicas validadas que definam o modo de realizar a consolidação com as participadas, nestes particulares casos.

Termos por que o Município de Ansião, apresenta, ante esta condicionante, as presentes contas consolidadas na perspetiva da consolidação financeira (NCP 22).

2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

O grupo autárquico do Município de Ansião é constituído pelas entidades descritas no mapa seguinte, impondo-se a consolidação, no quadro das novas regras SNC-AP, relativamente a três delas; em concreto:

- Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A.;
- APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A.; e,
- MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A



Grupo autárquico do Município de Ansião

Identificação da entidade		Caracterização da entidade			Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º do Classificação		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	estatutário	Classificação	consolidação?		
NIPC Entidades societárias								
506598160	Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	36001	39 974 968,10 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	1,39%	253 880,00 €
504475606	MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S.A.	Sociedade Anónima	71120	3 236 678,67 €	N.º 6 do Artigo 75.º	Sim	0,77%	24 950,00 €
504600109	Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S.A.	Sociedade Anónima	85591	50 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Sim	23,52%	11 760,00 €
502766620	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Serras de Ansião, CRL	Cooperativa	64190	5 672 845,00 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	0,00%	1 235,00 €
515515507	APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A.	Sociedade Anónima	36002	1 100 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Sim	13,73%	151 030,00 €
Entidades não societárias								
501627413	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não		
503497720	Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	13,70%	
508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	10,00%	
505074737	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91333		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	5,44%	
503634409	ADILCAN - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Ansião	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	8,93%	
502883308	Centro de Serviços do Ambiente - CESAB	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	71200	745 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	2,42%	18 000,00 €
509693300	Agência Para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	7,14%	
513864202	Associação Nacional de Assembleias Municipais	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94991		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não		
513319182	Fundo de Apoio Municipal	Outra	84114	417 857 175,00 €	Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não		313 294,50 €
515772275	Associação de Municípios Portugal Romano	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não		

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo. Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 23 – Investimentos em associadas e a NCP 18 – Instrumentos financeiros.

2.1. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

São consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, as participadas (i) Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A. e (ii) APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A..

Este método consiste em reconhecer, inicialmente, o investimento pelo custo, sendo ajustado, posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada detidos pela investidora (Município de Ansião).

Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada, sendo que os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.



Entidade	%Part	Capital próprio no início Exercício				Durante Exercício	
		Cap.social	Resul. Transfidos	Outras Variações	Total CP Exercício	R.LE	Cap. Próprio
Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S.A.		50 000,00	-145 075,49	2 391 602,21	2 296 526,72	-387 099,98	1 909 426,74
Contribuição para o grupo municipal	23,52%	11 760,00	-34 121,76	562 504,84	540 143,08	-910 45,92	449 097,17
APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S		1 100 000,00	10 423,18	16 192 035,18	17 302 458,37	2 893 869,51	20 196 327,88
Contribuição para o grupo municipal	13,73%	151 030,00	14 311,10	2 223 166,43	2 375 627,53	397 328,28	2 772 956,82

2.2. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método do custo

É consolidada pelo método do custo, a participada MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A., nos termos do quadro seguinte.

Denominação Social	Sede Social	% do capital detido	Contribuição Inicial
MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A.	Porto Salvo	0,77%	24 950,00

2.3. Caixa e Depósitos

A posição de caixa, seus equivalentes numerários e depósitos bancários, no dia 31 de dezembro, detalha-se como se segue:

Rubrica	Ano 2024		Ano 2023	
Caixa		173 137		123 673
Depósitos Bancários		1 850 441,76		3 615 891,90
Depósitos à Ordem	1 581 955,52		3 356 991,84	
Outros Depósitos	0,00		0,00	
Depósito a prazo	0,00		0,00	
Depósitos Consignados	268 486,24		258 900,96	
Total		1 852 173,13		3 617 128,63

3. Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP e apresentam, de forma apropriada. A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município representam, também, de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

3.1. Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

3.2. Participações financeiras e outros ativos financeiros

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

3.3. Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

3.4. Contas a receber

As contas a receber, de clientes e outros devedores, são reconhecidas, inicialmente, ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

3.5. Contas a pagar

As dívidas a fornecedor e a outras entidades são inicialmente mensuradas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado.

3.6. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente mensurado ao custo médio ponderado.

3.7. Património

As transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro capital obtidas do Orçamento de Estado são registadas na conta 5939 – Outras transferências e subsídios de capital.

3.8. Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.



4. Nota 3 – Ativos Intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	211926,34	211926,34	-	-	211926,34	211926,34	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	721274,70	664974,14	-	56 300,56	806 423,76	700 596,74	-	105 827,02
Propriedade industrial e intelectual	4 524,10	4 524,10	-	-	4 524,10	4 524,10	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	7 343,10	-	-	7 343,10	-	-	-	-
Total:	945 068,24	881 424,58	-	63 643,66	1 022 874,20	917 047,18	-	105 827,02

5. Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão.

Acordos de concessão de serviços		Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
						Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos futuros
1	Contrato de gestão delegada para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos	APIN, EIM, S.A.	Infraestruturas	30 Anos	-	-	-	-
2	Concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão (BT)	E-Redes S.A.	Infraestruturas	20 Anos	-	-	-	-
3	Concessão de espaço para instalação e exploração do posto de apoio do Parque Verde de Ansião	18th Company, Lda	Terreno	5 Anos	-	-	-	-

O acordo de concessão de serviços com a APIN – Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA o Município de Ansião cedeu, a título gratuito, as infraestruturas, instalações e outros bens municipais e suportou em 2024 um gasto de 171.714,81€ em depreciações.

Relativamente a concessão de distribuição com a E-Redes considerando as significativas dificuldades por parte do Município, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afeto à concessão e respetivas vida úteis, que permita o adequado reconhecimento/ desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelo Município e já reconhecidos, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. De acordo com a comunicação efetuada pela E-Redes, o valor relativo ao resgate da concessão, para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 01 de setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, totalizava o montante de 2.812.768€ à 31/12/2024.

Assim, tendo por base a Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística, entendesse que não estavam preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados ao

contrato de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

6. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

No período findo a 31 de dezembro, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas, apresenta-se no quadro seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	666 680,06	-	-	666 680,06	666 680,06	-	-	666 680,06
Edifícios e outras construções	6 904 565,58	1902 662,40	-	5 001 903,18	6 951 925,54	2 043 632,16	-	4 908 293,38
Infraestruturas	57 457 765,68	38 655 063,28	-	18 802 702,40	59 110 346,75	40 205 930,21	-	18 904 416,54
Património histórico artístico e cultural	1830 212,69	338 967,32	-	1491 245,37	1857 282,76	356 357,48	-	1500 925,28
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	66 859 224,01	40 896 693,00	-	25 962 531,01	68 586 235,11	42 605 919,85	-	25 980 315,26
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5 896 537,34	-	-	5 896 537,34	5 956 971,37	-	-	5 956 971,37
Edifícios e outras construções	28 449 651,18	8 413 486,02	-	20 036 165,16	28 890 291,49	9 012 991,42	-	19 877 300,07
Equipamento básico	3 211 858,76	2 773 185,06	-	438 673,70	3 627 558,92	2 935 632,63	-	691 926,29
Equipamento de transporte	1884 494,92	1518 205,36	-	366 289,56	2 139 831,46	1627 429,08	-	512 402,38
Equipamento administrativo	961 666,02	889 569,37	-	72 096,65	975 491,27	905 910,99	-	69 580,28
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1184 060,29	996 708,39	-	187 351,90	1285 175,51	1041 977,67	-	243 197,84
Ativos fixos tangíveis em curso	303 629,32	-	-	303 629,32	1340 106,29	-	-	1340 106,29
	41 891 897,83	14 591 154,20	-	27 300 743,63	44 215 426,31	15 523 941,79	-	28 691 484,52
Total	108 751 121,84	55 487 847,20	-	53 263 274,64	112 801 661,42	58 129 861,64	-	54 671 799,78

7. Nota 6 – Locações

Os contratos de locação financeira apresentam-se no quadro seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos Efectuados Acumulados				Futuros Pagamentos Mínimos				Valor Presente futuros pag. min.	Rendas contingentes reg. gastos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1a 5 anos	Sup.a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
4 Viaturas											
Elétricas	57 414,19	28 035,21	2 399,65	74 052,10	5 509,93					35 803,35	
Autocarro	85 256,21	25 840,12	3 521,17	62 190,60	7 406,60					66 743,87	
Viatura Elétrica	23 251,59	8 197,10	1260,40	8 986,77	1260,40					27 882,09	
Autocarro	104 276,47	21575,75	3 789,21	21575,75	3 789,21					128 818,68	
Totais	270 198,46	83 648,18	10 970,43	166 805,22	17 966,14					259 247,99	



8. Nota 7 – Custos dos Empréstimos Obtidos

Em 2024 o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos, consolidado decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Designação	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos Obtidos:	2 548 534,71	2 811 566,93
Passivo Não Corrente	2 225 580,78	2 446 370,16
Passivo Corrente	322 953,93	365 196,77

9. Nota 8 – Propriedades de Investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	211083,19	-	29 997,99	- 2 380,04	-	-	-	-	238 701,14
Outras propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	211083,19	-	29 997,99	- 2 380,04	-	-	-	-	238 701,14

10. Nota 9 – Imparidades

As perdas por imparidade verificam-se nas dívidas de clientes, contribuintes e utentes vencidas a mais de 12 meses em que foi considerada 100% do valor da dívida.

As entidades que tenham dívidas vencidas, mas que recebam apoios regulares no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo não foram consideradas.

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão Imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	372 628,60	335 590,15	-	37 038,45

11. Nota 10 – Inventários

No período findo de 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na rubrica de inventários consolidados foi o seguinte:

Quadro 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	-	-	-
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	59 160,61	-	59 160,61
Produtos acabados e intermédios	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-
Total	59 160,61	-	59 160,61

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões	Outras reduções	Outros aumentos	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias									
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	59 116,78	239 889,06	243 994,05	4 148,82	-	-	-	-	59 160,61
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	59 116,78	239 889,06	167 041,91	4 148,82	-	-	-	-	59 160,61



12. Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento proveniente de prestações de serviços, vendas e uso de terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam mensurados com fiabilidade.

Conta	Tipo de Rendimento	Resultados
704	Taxas, multas e outras penalidades	77 005,33
71	Vendas	81236,59
72	Prestação de Serviços	838 695,81
78	Outros Rendimentos	325 378,08
79	Juros, Dividendos e Outros	14 135,80
	Total	1336 451,61

13. Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, se acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxo de benefícios futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestações que não sejam impostos.

Conta	Tipo de Rendimento	Resultados
701	Impostos Diretos	1487 172,22
702	Impostos Indiretos	540 045,02
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	9 640 685,66
76	Reversões	43 279,88
78	Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	440 081,82
	Total	12 151 264,60

14. Nota 15 – Provisões

Foi registado nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso.

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 1=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	77 898,34						43 279,88		43 279,88	34 618,46
Acidentes de trabalho										
Matérias ambientais										
Contratos Onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	77 898,34						43 279,88		43 279,88	34 618,46

15. Nota 18 – Instrumentos Financeiros

A mensuração dos ativos financeiros é feita ao método do custo excepto as entidades Sicó-formação, SA e APIN, EI.

Rubricas- Ativos financeiros	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outras	
Associadas								
41211201- CCAM Centro Litoral	1 180,00	-	-	25,00	-	-	-	1205,00
41211301- Municipia	24 950,00	-	-	-	-	-	-	24 950,00
41211302- Sicó Formação	11760,00							11760,00
41211302- Sicó Formação MEP	-			437 337,16				437 337,16
41211901- APIN MEP	151030,00	-	-	2 621 925,82	-	-	-	2 772 955,82
41211902- ADCL, SA	253 880,00	-	-	-	-	-	-	253 880,00
Outras Entidades								
41411-FAM	313 294,50	-	-	-	-	-	-	313 294,50
4141901- CESAB	18 000,00	-	-	-	-	-	-	18 000,00
Outros Investimentos								
41511- Títulos	2 245,00	-	-	-	-	-	-	2 245,00

16. Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados pagos incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

Todo o pessoal foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

17. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024

Município de Ansião			
Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2024			
Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		54 671 799,78	53 263 274,64
Propriedades de investimento		238 701,14	211 083,19
Ativos intangíveis		105 827,02	63 643,66
Ativos biológicos			
Participações financeiras		3 833 382,48	3 466 643,11
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		2 245,00	2 245,00
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
Total Ativo Não Corrente		58 851 955,42	57 006 889,60
Ativo corrente			
Inventários		59 160,61	59 116,78
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		37 038,45	47 527,54
Estado e outros entes públicos		14 529,54	20 070,41
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		2 322 918,24	2 112 039,85
Diferimentos		52 015,21	34 431,56
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		1852 173,13	3 617 128,63
Total Ativo Corrente		4 337 835,18	5 890 314,77
Total Ativo		63 189 790,60	62 897 204,37

Município de Ansião			
Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2024			
Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Património Líquido			
Património/Capital		30 002 552,97	30 002 552,97
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		1024 054,81	1024 054,81
Resultados transitados		1620 791,72	3 681 874,42
Ajustamentos em ativos financeiros		28 085,00	28 085,00
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		26 467 135,04	23 262 804,64
Resultado líquido do período	-	768 212,99	- 2 356 940,52
Dividendos antecipados			0,00
Interesses que não controlam			0,00
Total Património Líquido		58 374 406,55	55 642 431,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		34 613,46	77 898,34
Financiamentos obtidos		2 225 580,78	2 446 370,16
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		268 477,24	259 986,29
Total Passivo Não Corrente		2 528 676,48	2 784 254,79
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		176 666,61	
Fornecedores		23 620,00	220 201,26
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			23 620,00
Estado e outros entes públicos		21387,66	21731,75
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		322 953,93	365 196,77
Fornecedores de investimentos		20 901,32	115 256,74
Outras contas a pagar		744 537,03	677 346,54
Diferimentos		976 641,02	3 047 165,20
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total Passivo Corrente		2 286 707,57	4 470 518,26
Total Passivo		4 815 384,05	7 254 773,05
Total Património Líquido e Passivo		63 189 790,60	62 897 204,37



18. Demonstração de resultados por natureza, consolidado

Município de Ansião			
Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada a 31/12/2024			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas		2 172 892,37	2 412 426,49
Vendas		81236,59	84 325,67
Prestações de serviços e concessões		838 695,81	425 321,88
Transferências e subsídios correntes obtidos		9 640 685,66	6 876 450,27
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-243 994,05	-238 761,05
Fornecimentos e serviços externos		-4 683 621,19	-3 773 825,91
Gastos com pessoal		-4 497 542,81	-4 031 458,42
Transferências e subsídios concedidos		-17 16 971,05	-1542 959,57
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1192100	
Provisões (aumentos/reduções)		43 279,88	11304,59
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 162 788,18	868 071,85
Outros gastos		-772 277,51	-915 797,60
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento		2 013 250,88	175 098,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 687 893,71	-2 458 019,21
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento) EBIT		-674 642,83	-2 282 921,01
Juros e rendimentos similares obtidos		14 135,80	21842,71
Juros e gastos similares suportados		-107 705,96	-95 862,22
Resultado Antes de Impostos		-768 212,99	-2 356 940,52
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do período		-768 212,99	-2 356 940,52
Resultado Líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado Líquido do período		-768 212,99	-2 356 940,52

19. Demonstração das alterações no patrimônio líquido

Município de Anilão														
Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido														
Descrição	Notas	Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes	Outras variações	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
Posição no início do período	(1)	30 002 552,37	-	-	-	1024 054,81	3 681 874,42	28 085,00	-	23 262 804,64	- 2 356 940,52	55 642 431,32	-	55 642 431,32
Alterações no Período														-
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							-							-
Alterações de políticas contábilísticas							-							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização														-
Excedentes de revalorização e respectivas variações														-
Transferências e subsídios de capital										3 138 98,22		3 138 98,22		3 138 98,22
Correções de erros materiais														-
Outras alterações reconhecidas no patrimônio líquido		-					- 2 356 940,52		-	66 132,18	2 356 940,52	66 132,18		66 132,18
	(2)	-	-	-	-	-	- 2 356 940,52		-	3 204 330,40	2 356 940,52	3 204 330,40		3 204 330,40
Resultado líquido do período	(3)										- 768 212,99	- 768 212,99		- 768 212,99
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										1588 727,53	2 436 117,41		2 436 117,41
Operações com detentores de capital no período														-
Realizações de capital/patrimônio														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações							295 857,82					295 857,82		295 857,82
Subscrições de prêmios de emissão														-
Posição no fim Período	(5)=(1)+(2)+(4)	30 002 552,37	-	-	-	1024 054,81	1620 791,72	28 085,00	-	28 467 650,4	- 768 212,99	58 374 406,55	-	58 374 406,55

20. Demonstração de fluxos de Caixa Consolidados

Município de Ansião

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados		Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		534 715,83	615 459,26
Recebimentos de contribuintes		1745 085,62	2 148 447,69
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 230 639,88	7 048 378,70
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-6 382 130,12	-4 883 153,10
Pagamentos ao pessoal		-2 863 457,65	-2 511 711,83
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1003 722,87	-863 531,86
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1261 130,69	1553 888,86
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		679 175,32	238 288,07
Outros pagamentos		-4 705 730,58	-3 671 764,08
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		-2 765 424,57	-1879 587,15
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-668 567,43	-162 751,81
Ativos intangíveis		-83 211,80	-27 727,23
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		453 531,71	442 054,02
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		368 543,18	1286 954,47
Transferências de capital		1253 416,56	2 023 805,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		14 135,80	21842,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1337 848,02	3 584 177,16
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			384 771,66
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-308 300,57	-315 840,31
Juros e gastos similares		-29 078,38	-32 311,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-337 378,95	36 620,35
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-1764 955,50	1741210,36
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 617 128,63	1875 918,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1852 173,13	3 617 128,63



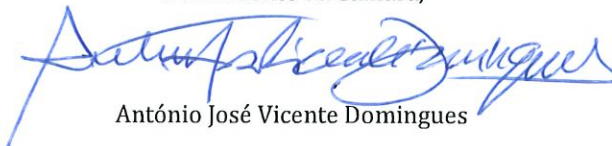
Município de Ansião			
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 617 128,63	1 875 918,27
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 617 128,63	1 875 918,27
De execução orçamental		3 357 032,48	1 570 957,82
De operações de tesouraria		260 096,15	304 960,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 852 173,13	3 617 128,63
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		1 852 173,13	3 617 128,63
De execução orçamental		1 583 592,39	3 357 032,47
De operações de tesouraria		268 580,74	260 096,15

21. Resultado líquido do exercício

Propõe-se que seja aprovado o Resultado Líquido Consolidado, do Exercício de 2024, no valor de -768.212.99€, em conformidade com a demonstração de resultados, consolidada.

Município de Ansião, 11 de junho de 2025,

O Presidente da Câmara,



António José Vicente Domingues



22. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Auditor Externo

Município de Anslão

Presente à reunião de Câmara Municipal de 20/06/2025 , tendo sido deliberado:

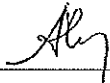
I - Departamento Administrativo e Financeiro:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2024 (Processo n.º 2025/150.20.404/5); Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024:

1.1. Apreciação, discussão e votação;

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos de abstenção dos Senhores Vereadores, Célia Cristina Martins dos Santos Freire, José Lucas Afonso Rosa Lopes e Pedro Alexandre Santos Lopes e os votos a favor dos membros do executivo, António José Vicente Domingues, Jorge Paulo Fernandes, Paula Cristina Rodrigues da Silva Bernardino e José Carlos Pimenta Brás, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2024. Mais deliberou, por unanimidade, submeter o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como remetê-los ao Tribunal de Contas, através da plataforma disponibilizada para o efeito pelo Tribunal, para efeitos de fiscalização, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, bem como disposto no n.º 1 do art.º 3.º, conjugado com o art.º 4.º, ambos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Anslão

Presente à reunião de Câmara Municipal de 20/06/2025 , tendo sido deliberado:

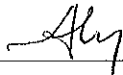
I - Departamento Administrativo e Financeiro:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2024 (Processo n.º 2025/150.20.404/5); Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024:

1.2. Proposta de aprovação e de aplicação do Resultado Líquido do Exercício;

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos de abstenção dos Senhores Vereadores, *Célia Cristina Martins dos Santos Freire, José Lucas Afonso Rosa Lopes e Pedro Alexandre Santos Lopes* e os votos a favor dos membros do executivo, *António José Vicente Domingues, Jorge Paulo Fernandes, Paula Cristina Rodrigues da Silva Bernardino e José Carlos Pimenta Brás*, aprovar a aplicação do Resultado Líquido Consolidado, do Exercício de 2024, no valor de - 768.212.99€.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Ansião

Presente à sessão ordinária de Assembleia Municipal de 27/06/2025, tendo sido deliberado:

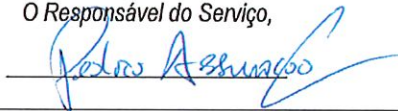
PERÍODO DE ORDEM DO DIA:

3. Prestação de Contas do Exercício de 2024 (Processo n.º 2025/150.20.404/5); Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024:

3.1. Apreciação, discussão e votação;

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com treze votos de abstenção, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, do Partido "Chega", do representante da Junta de Freguesia de Chão de Couce e do Presidente de Junta de Freguesia de Santiago da Guarda, e treze votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Socialista, do representante da Junta de Freguesia de Avelar e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Alvorge e de Pousallores, apreciar favoravelmente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024.

O Responsável do Serviço,



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO de ANSIÃO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 63.189.791 euros e um total do património líquido de 58.374.407 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 768.213 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO de ANSIÃO** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O processo de inventariação dos imóveis do Município, principalmente terrenos, não constitui uma garantia da sua plenitude, uma vez que, nem no seu reconhecimento inicial, nem posteriormente, na sua globalidade, este processo contemplou a sua confrontação com outras fontes de informação, nomeadamente Conservatória do Registo Predial e junto do registo das matrizes da Autoridade Tributária. Esta situação constitui uma limitação ao nosso trabalho para esta área e, consequentemente, à emissão da nossa opinião.

Conforme referido na nota 4 do Anexo, a Entidade identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão e Serviços – Concedente, relativamente aos quais não obteve do Concessionário (E-Redes S.A) a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos



AMADO & GOMES - SROC ,LDA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Por deliberação da Câmara Municipal, foi aprovado o Protocolo para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos, através do qual o Município se comprometeu a disponibilizar à APIN, EIM, S.A todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade, mediante pagamento de compensação financeira pela APIN.

No seguimento dessa deliberação, no final do ano de 2024 estavam registados no imobilizado do Município bens com valor patrimonial líquido, no montante de 2.458.777 euros, que se encontravam em utilização pela APIN, cujas depreciações do ano de 2024 ascenderam a 171.715 euros, estando as mesmas registadas nas contas do Município.

Conforme divulgado no ponto 2.1 do documento de prestação de contas consolidadas, o método de consolidação de contas utilizado pelo Município foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), situação com a qual concordamos. De referir, no entanto, que o MEP não é um verdadeiro método de consolidação, mas sim, uma técnica de ajustamento do valor da participação financeira em entidades onde exista uma influência significativa na gestão.

Desta forma os ajustamentos efetuados, em resultado da aplicação do MEP, face às contas individuais apresentadas pelo Município foram os seguintes: balanço/ativo “participações financeiras”, aumento de 2.516.643 euros; balanço/património líquido, aumento de 2.516.643 euros; incluindo um aumento do *resultado líquido* no montante de 306.282 euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados o impacto, ao nível do resultado líquido, foi positivo em 306.282 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais, se isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,



AMADO & GOMES - SROC, LDA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Conforme divulgado no ponto 1 do Relatório de Prestação de contas consolidadas, foi derogada a consolidação orçamental, considerando que se trata de uma matéria que não está devidamente esclarecida, não tendo sido apresentada a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pelo facto da NCP 26 – “Contabilidade e Relato Orçamental” não ser aplicável às entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Município, pelo que não podemos emitir opinião sobre as mesmas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na seção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Pombal, 20 de junho de 2025

Assinado por: **SÉRGIO MANUEL DA SILVA GOMES**
Num. de Identificação: 09625883
Data: 2025.06.20 15:59:33+01'00'

Sérgio M. S. Gomes (ROC 1357 | CMVM20160967),
em representação de **Amado & Gomes, SROC, Lda**

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Ao Órgão Executivo,

À Assembleia Municipal,

1. Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, cumpre à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ansião**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.
2. A sociedade de Revisores Oficiais de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro de 2013, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do **Município de Ansião**. Para o efeito recebeu da **Câmara Municipal de Ansião** todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. No encerramento do exercício foi examinado o Balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui duas reservas e duas ênfases.
4. **Parecer**

Face ao exposto, a Sociedade de Revisores Oficiais de contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ansião**, referentes ao exercício de 2024, se apresentam elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, nos termos referidos na Certificação Legal das Contas Consolidadas, pelo que poderão ser apreciados e votados em reunião da Assembleia Municipal.
5. Finalmente a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deseja agradecer à **Câmara Municipal de Ansião** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Pombal, 20 de junho de 2025

Assinado por: **SÉRGIO MANUEL DA SILVA GOMES**
Num. de Identificação: 09625883
Data: 2025.06.20 16:00:18+01'00'

Sérgio M. S. Gomes (ROC 1357|CMVM20160967),
em representação de **Amado & Gomes, SROC, Lda**

Amado & Gomes, SROC, LDA

Sede Social: Rua do Mancha Pé, n.º 6 – 1J – 3100 – 467 Pombal; E-mail: infop@agsroc.pt; Tel: 236 109 912 | Leiria: Urbanização Vale da Fonte-Lote 6 – n.º 246 – R/C Dto – Marinheiros – 2417 – 387 Leiria; E-mail: infol@agsroc.pt; Tel: 244 833 988
OROC Inscrição n.º 340 | CMVM Registo n.º 20210011 – NIPC 516 151 584 – Capital Social – 5.000,00€ – CRC Pombal

Município de Anslão

Presente à reunião de Câmara Municipal de 20/06/2025 , tendo sido deliberado:

I - Departamento Administrativo e Financeiro:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2024 (Processo n.º 2025/150.20.404/5); Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024;

1.3. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitidas pelo Auditor Externo.

A Câmara Municipal apreciou da Certificação Legal de Contas, relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2024, emitida pelo Auditor Externo.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Ansião

Presente à sessão ordinária de Assembleia Municipal de 27/06/2025, tendo sido deliberado:

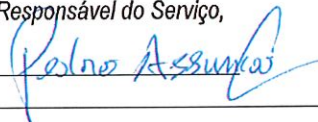
PERÍODO DE ORDEM DO DIA:

3. Prestação de Contas do Exercício de 2024 (Processo n.º 2025/150.20.404/5); Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2024:

3.3. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitidas pelo Auditor Externo.

A Assembleia Municipal apreciou o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2024, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

O Responsável do Serviço,


Paulo Assunção

